

NOTAS SOBRE OS PROCESSOS DE FRAGILIZAÇÃO DOS SENTIDOS DE CIDADANIA URBANA E RURAL EM AÇÕES DE GOVERNANÇA MUNICIPAL EM FEIRA DE SANTANA.

MARIANA BOAVENTURA DE MACÊDO SOARES

Bacharel em Ciências Contábeis/FAT, Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano/UNIFACS.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1076714966809743>

Correio eletrônico: marib_macedo@yahoo.com.br

JOSÉ EUCLIMAR XAVIER DE MENEZES

Mestre e doutor em Filosofia/Unicamp; Pós Doutor em Filosofia/Università lateranensi/Roma; Docente e pesquisador dos Programas de Stricto Sensu/Unifacs: 1. *Direito, governança e política públicas*; 2. *Desenvolvimento regional e urbano*. Membro do Comitê de ética/Unifacs. Coordenador do Programa de Pós Doutorado entre UNIFACS e UPT/Porto/Portugal. Atua igualmente na Faculdade Social da Bahia como docente e pesquisador, onde coordena Pesquisa e é editor da Revista Diálogos Possíveis/CAPES-Webqualis. Dentre outros, autor de *Médicos e loucos no microscópio de Foucault*, Ed. CRV/2016.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5194408237403794>

Correio eletrônico: jexmenezes@faculdadesocial.edu.br

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa acerca do resultado de políticas públicas pouco efetivas no desenvolvimento social em um contexto urbano e rural da cidade de Feira de Santana/Ba. A análise efetivada recusa da metodologia qualitativa, pois tem como base descrever o sentido existencial dos fatos vividos pelas comunidades que se dispuseram a contribuir com o estudo. Neste sentido, procurou-se traçar perspectivas de uma cidadania insurgente e a articulação das políticas públicas em desenvolvimento social, assim como os projetos municipais, as metas para aplicação no bairro Cidade Nova e para o Distrito de Jaguara integrantes da região de Feira de Santana. Buscou-se identificar os fenômenos de desigualdade social e dispositivos de economia presentes nos espaços urbanos e rurais que influenciam no processo de evidenciação da cidadania, bem como descrever os modos de vida e a percepção de visibilidade social da população rural e urbana do município e sua convergência para as condições de cidadão. Igualmente, buscou-se discutir as construções ideológicas presentes nos modos de vida urbano e rurais na cidade de Feira de Santana. Apresenta-se como procedimento metodológico o estudo de caso por meio da Análise de Discurso dos cidadãos. Constatou-se, com esse estudo, que um dos principais fatores para o insucesso das políticas públicas para o Desenvolvimento Social reside na má articulação do poder público com a realidade do cidadão urbano e rural, ensejando a que se construa, ainda que fragmentária e episodicamente, uma cidadania insurgente.

Palavras-Chave: Cidadania. Desenvolvimento Regional. Políticas Públicas. Governança.

ABSTRACT

This study is based on a research project motivated by a recognition of the shortcomings in the social development of both the urban and rural sectors of a city as a result of ineffective public policy making. It is a qualitative case study in that it describes the existential facts that mark the life of the communities that participated in the investigation. The study sought to outline the prospects for insurgent citizenship and the articulation of social development focused public policy making, as well as municipal projects, targets and budgets, in the suburb of Cidade Nova and the rural district of Jaguara. The study aimed to identify the phenomena responsible for social inequality and the economic mechanisms present in the abovementioned urban and rural spaces that influence the emergence of citizenship, as well as describing their way of life and perceived sense of visibility as related to their condition as citizens. Furthermore, the ideological constructions present in the urban and rural contexts of the city of Feira de Santana were also investigated. The case study is presented as a methodological procedure through the Discourse Analysis of the citizens. It was verified with this study that one of the main factors for the failure of public policies for Social Development resides in the bad articulation of the public power with the reality of the urban and rural citizen, allowing the one that is constructed, although fragmentary and episodically, an insurgent citizenship.

Key Words: Citizenship. Regional development. Public policy. Governanee.

INTRODUÇÃO

A efetividade dos direitos civis, políticos e sociais é indicador de cidadania na literatura especializada. Esses direitos podem permitir a expressão cultural e social em uma comunidade, ou estimular a busca por igualdade mediante cobrança de execução de políticas públicas assertivas, com o intuito de assegurar-lhes o direito à educação, ao trabalho, à saúde, e à segurança de forma justa. Assim, para o entendimento da cidadania, é necessário retomar aos pressupostos históricos filosóficos “e que só adquire substância quando configurada no indivíduo” (MACÊDO, 2014, p.22) manifestando-se através de uma cidadania que se insurge por meio de uma participação consciente, na busca pela dignidade em viver e desenvolver a sociedade.

Os processos históricos de desenvolvimento urbano da maioria das cidades brasileiras denotam uma realidade na qual abundam problemas estruturais de planejamento urbano, afetando as dinâmicas de empregos, consumo, habitação, e a capacidade de implantação de políticas públicas. O progresso regional não está restrito apenas às questões econômicas. A administração do desenvolvimento regional deve estar atrelada à busca pela dinamização dos

territórios e a uma distribuição de recursos eficientemente utilizados, com foco na redução das desigualdades sociais peculiares a cada região.

A este propósito, Sen (2010) destaca que não pode ou deve o desenvolvimento ser associado apenas aos fatores como crescimento econômico do Produto Interno Bruto (PIB), renda das famílias, industrialização, modernização social e urbana ou através do avanço da tecnologia. O conceito “tradicional” de desenvolvimento econômico atrela apenas variáveis como renda e avanços tecnológicos, desconsiderando as participações de dos serviços de educação básica e saúde, podendo limitar a participação dos cidadãos na dinâmica social, impossibilitando-os até de atendimento médico de qualidade, acesso ao ensino de forma igualitária ou acesso à uma alimentação de qualidade (RIBEIRO, 2014).

O processo de evidenciação da cidadania nos eixos rurais e urbanos da cidade de Feira de Santana está associado às formas de vida que se estabelecem de maneiras distintas e/ou excludentes para o desenvolvimento social do município, bem como se mostra intimamente ligado a um uma forte desigualdade econômica e social. As políticas públicas têm como principal objetivo reduzir essas distorções existentes na estruturação da sociedade moderna.

A pesquisa que enseja o presente ensaio justifica-se por sua relevância social, e pela reflexão sobre o cotidiano de um povo acerca da cidadania, assim como o estudo dos reflexos sociais por meio de políticas públicas e sua participação na cidadania das comunidades rurais e urbanas, bem como o desenvolvimento social e econômico da cidade de Feira de Santana.

A região de Feira de Santana e seus distritos trazem um perfil singular pela sua participação no desenvolvimento econômico e cultural, e permite tecer considerações importantes para um contexto global sobre as políticas regionais e a promoção de mudanças na composição social da realidade local. Em face desta realidade, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Como são percebidos os atributos próprios da cidadania em suas dimensões política, educacional e cultural em localidades das Zonas Urbanas e Rural na cidade de Feira de Santana de parte dos sujeitos arrolados na pesquisa que oferece subsídios à elaboração do presente ensaio?

O objetivo geral dessa pesquisa reside na análise do processo da cidadania em um bairro e um distrito da cidade de Feira de Santana para identificar os fundamentos das políticas públicas de desenvolvimento social. Foram traçados como objetivos específicos desse problema: Identificar os fenômenos de desigualdade social e econômica presentes nos espaços urbanos e rurais que influenciam no processo de evidenciação da cidadania; Descrever os modos de vida e a percepção de visibilidade social da população rural e urbana

do município de Feira de Santana e sua convergência para as condições de cidadão; e discutir as construções ideológicas presentes nos modos de vida urbano e rurais na cidade de Feira de Santana.

A partir desses aspectos introdutórios, busca-se explicitar a contextualização histórica e teórica, bem como a da decisão metodológica por usar o estudo de caso, efetivando-o por meio de análises dos discursos de habitantes de lugares desassistidos na cidade de Feira de Santana, cujos discursos possibilitam delinear a percepção dos habitantes acerca das ações decorrentes de Políticas Públicas propostas ou implementadas pelo governo da cidade.

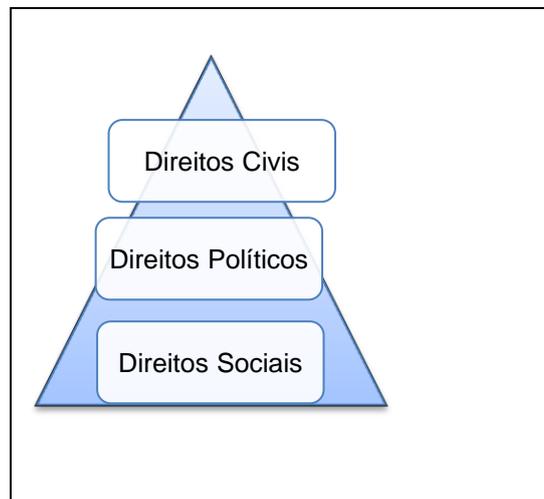
CIDADANIA INSURGENTE

Ser cidadão nos remete inicialmente à questão de direitos e deveres, da representação social, pertencimento e reconhecimento de uma comunidade. Exercer essa cidadania de forma plena se expressa pela luta e consolidação individual e comunitária para a conquista de direitos civis, sociais e políticos.

Carvalho (2002) propõe a cidadania em três dimensões: nos direitos civis (que está atrelado à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei), no direito político (sociedade participativa, em sua liberdade e participação no governo), e nos direitos sociais (direito ao trabalho, à educação, ao salário justo, à aposentadoria e à saúde). Para ele, no Brasil, essas dimensões não estão claras ou atreladas umas às outras, demonstrando uma mitigação da força do conceito de cidadania.

Em Marshall (1967) e Carvalho (2002), percebe-se uma inversão da pirâmide da escala de direitos, visto que para Marshall, em termos de cidadania, falta o exercício dos direitos pela população, mesmo que exista uma ligação entre as três esferas da pirâmide apresentada por Carvalho (2002). No Brasil, o exercício da cidadania ainda não atinge as diversas camadas da sociedade. A Figura 1 mostra a ilustração do acontecimento desse fato.

Figura 1 - Pirâmide da Escala de Direitos



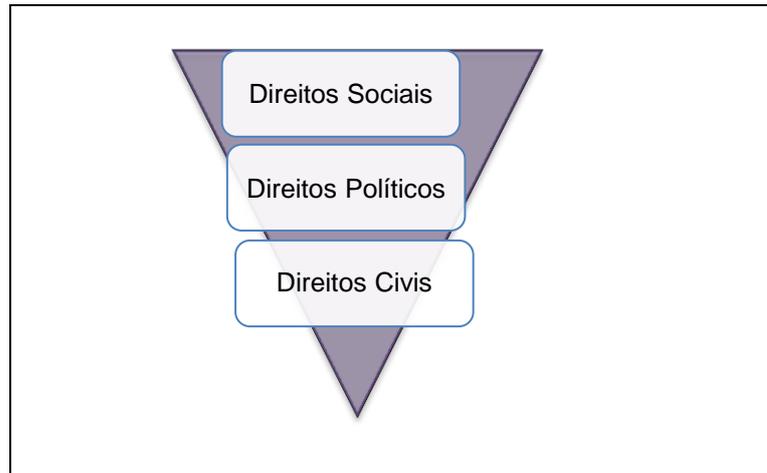
Fonte: Marshall (1967).

Nota: Adaptado pela autora desta dissertação (2017).

Esta é a estrutura proposta por Thomas Marshall (1967), como a Pirâmide da Escala de direitos, em que se estabelece como base a conquista de direitos sociais para que se torne possível o acesso aos direitos políticos e civis. A questão principal não está atrelada à significância de cada uma das camadas da pirâmide, mas sim ao que se relaciona ao exercício pleno da cidadania. Os direitos sociais se introduzem como alicerce de cidadania, ao qual estão incluídos o respeito às etnias, às gerações, aos gêneros, à humanidade em seu conjunto, tendo como base a noção de bem estar econômico. Os direitos políticos são expressados no direito de ir e vir, na liberdade de expressão, de votar e ser votado ou ao sufrágio. Os direitos políticos e civis são os direitos fundamentais dos indivíduos pertencentes a uma nação e à jurisdição de um Estado nacional, e dizem respeito à vida, às liberdades individuais e aos contratos.

A sociedade brasileira demonstra, através da inversão da pirâmide proposta anteriormente por Marshall (1967), conforme Figura 2, um controle das manifestações ideológicas, culturais e dos valores éticos. Não há uma forma de coerção do Estado com a classe proletária, mas sim, em sua construção social uma forma de controle para a ascensão de uma classe com relação à outra. Contrasta, portanto, uma inversão das bases sociais da cidadania, por meio dos direitos sociais, com os direitos civis previstos desde a Constituição Luso-Brasileira (1822) ao Estado Democrático de Direito (Constituição Federal de 1988) (BRASIL, 1988).

Figura 2 - Pirâmide da Escala de Direitos Brasileira



Fonte: Marshall (1967).

Nota: Adaptado pela autora desta dissertação (2017).

A base da Pirâmide da Escala de Direitos brasileira, em seu processo histórico, teve como alicerce a definição dos direitos legais atribuídos aos cidadãos sem ter como base as discrepâncias sociais existentes, idealizado e conquistado somente depois de décadas através das primeiras lutas de classe pela busca no direito ao trabalho e à qualidade de vida por exemplo. Resultante dessas questões, percebemos, ainda que não seja visível por toda população, um sistema de leis que visa compensar lacunas existentes aos direitos sociais, ficando latente o desequilíbrio de uma pirâmide que em sua base não sustenta sua estrutura.

Os direitos previstos ou conquistados pelas diversas camadas da sociedade, como a liberdade de pensamento ou ao voto, não permitiram que esses mesmos cidadãos pudessem gozar de outros direitos, como por exemplo, a segurança ou a garantia do trabalho. A negação desse direito é denominada por Carvalho (2002) como uma cidadania inconclusa, como na sociedade britânica nos séculos XVIII e XIX. O estado crítico dos problemas sociais nas últimas décadas serve para perceber o contraste entre os direitos políticos com os direitos sociais e os direitos civis.

Garantir os direitos políticos ou civis no Brasil está longe de representar uma resolução dos muitos problemas sociais. A problematização da consolidação dos direitos sociais tem provado não haver um atrelamento necessário das três dimensões propostas de Marshall (1967), e que, em parte, há um retrocesso de uma ou de outra, determinados segundo a conveniência das circunstâncias históricas.

Arendt (2010) estabelece uma compreensão de que a política ocorre entre os homens e é produzida por eles em suas diversas inter-relações, ou seja, ela se apresenta como uma

questão de homens iguais (dentro de uma mesma classe ou ideologia) e as relações com o espaço em que estão inseridos. Há, portanto, uma forma de organização das diversidades dos cidadãos, seja por meio de grupos ou comunidades, e a participação destes nas relações políticas.

A princípio, o que se entende sobre cidadania é o vínculo com uma comunidade, o forte sentimento de integrá-la, ou o que contribui na dinâmica dos indivíduos para suas comunidades. Há uma referência à dois lados de um cidadão, Cortina (2005, pg. 24) traz o lado “racional” e o lado “obscuro”, o primeiro relaciona-se com a busca por sua legitimidade dentro da sociedade, o outro está ligado às questões subjetivas dos laços de pertencimento e a construção de sua identidade. Assim, diante dos desafios em que a comunidade pode se deparar, a forma em que se torna possível o controle dessa comunidade é através do lado “racional” dos seus membros.

No Brasil, as características coloniais influenciaram significativamente para a estruturação da dinâmica social. Jessé Souza (2003) chama de “plasticidade do homem” a forma em que se propicia a influência da cultura negra nos costumes, língua, religião e, especialmente, numa forma de sociabilidade entre desiguais, o que gera um ódio reprimido, e um ressentimento em todas as modulações da emoção humana. A principal problemática é a desigualdade arbitrária que a relação entre uma classe dominante e as classes subalternas propicia.

Existe uma movimentação intrinsecamente ligada aos acontecimentos sociais, nessa dinâmica, a luta por direitos – tanto o direito à igualdade como o direito à diferença – constitui a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania. Macêdo (2014, p.19) complementa que “*A Cidadania é uma forma de efetivar a participação nos processos decisórios de uma nação, como forma democrática de governo,*” onde a participação só é possível através do estímulo de práticas dialógicas permanentes, em que essas movimentações implicam num aprendizado social.

OS CIDADÃOS RURAIS E URBANOS

A conceituação de rural e urbano reside não só nas questões geográficas, mas também nas movimentações de resistências culturais e afirmação da identidade de uma comunidade e aos aspectos que ainda resistem aos processos de urbanização. Henri Lefebvre (1999) afirma que essas distinções entre rural e urbano tendem a deixar de existir. Não é só uma questão de dominância no plano político, econômico e cultural, ou por bases arquitetônicas ou materiais

distintos, mas que existe uma tendência à “destruição” da vida camponesa, dando espaço apenas a uma só dinâmica social, que totalize uma “*urbanização completa da sociedade.*” (LEFEBVRE, 1999, p. 13).

O CASO DO DISTRITO DE JAGUARA E DO BAIRRO CIDADE NOVA

O Distrito de Jaguará e o Bairro da Cidade Nova são duas delimitações do município de Feira de Santana que possuem características altamente distintas, mas que, na constituição de políticas públicas que atingem as duas regiões possuem tratamento de similaridade, distinguindo-se apenas em quantitativos para destinação de verbas e estabelecimento das ações.

Com uma população em sua maior parte de pessoas idosas e de meia idade, o distrito de Jaguará possui uma infraestrutura bastante precária, contando com água encanada pela Embasa, mas com um sistema de esgotamento desenvolvido pela própria população, no qual os dejetos são despejados no Rio Jacuípe e no Rio do Peixe.

De acordo com os moradores do Distrito, as atividades culturais giram em torno do único evento que ocorre todo ano no mês de setembro, após o período de festejos da Expofeira localizada na BR-324 em Feira de Santana. Os moradores de Jaguará contam com a arrecadação de donativos das barracas de comidas regionais e outros tipos de bens comercializados durante a semana da Expofeira para a organização da Festa do Vaqueiro, são dois dias de festa onde ocorrem a Missa do Vaqueiro, a Passeata do Vaqueiro e shows com bandas ofertadas pela prefeitura do município.

O bairro da Cidade Nova foi criado em 1969 através da construção do primeiro conjunto de Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS) e posteriormente transformado em bairro. As ruas são batizadas com os nomes dos jogadores da seleção brasileira de futebol da década de 70, a exemplo das ruas Jairzinho e a Pelé. (CAMPOS, 2008)

O bairro está localizado no entorno do anel rodoviário da BR-324 e da BR-116, à margem do centro da cidade de Feira de Santana, vizinhos aos bairros Morada das Árvores, Parque Ipê, Mangabeira, Feira V e João Paulo. As principais Escolas Públicas são os colégios estaduais Luis Viana Filho e o Monsenhor Mário Pessoa, situados na rua Dois e na rua Brito respectivamente, responsável por abrigar alunos do bairro e das localidades vizinhas. A Cidade Nova não possui escolas ou creches fundadas pelo município, o Centro de Educação Básica (CEB) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) possui parceria com o município e é oferecido o ensino fundamental para a comunidade.

O bairro da Cidade Nova e o Distrito de Jaguará, representam duas faces com suas particularidades do território feirense, bem como a manifestação da cidadania que insurge de diferentes formas. O urbano e o rural de uma cidade evidenciam costumes e atividades pertinentes à sua posição geográfica dentro do território e carrega em sua história a forma de ocupação e os ensejos políticos e nos planos de desenvolvimento de políticas públicas para cada comunidade.

METODOLOGIA

Os resultados foram obtidos através das análises das falas dos entrevistados, respeitando a particularidade de cada um e como, através dessas falas, se expressam e expõe a identidade e o sentimento de pertencimento na sua comunidade. Buscou-se por meio dessas entrevistas observar, indagar e inferir questões que permeiam a característica de uma comunidade e as formas em que se consolida a cidadania através de seus modos de vida e suas relações com os direitos garantidos ou não através das políticas públicas municipais, e como torna-se visível uma forma de cidadania que se insurge contra a dura realidade que mitiga a dignidade da vida individual e coletiva da na comunidade.

De forma auxiliar à pesquisa, foram utilizados métodos de análise não probabilísticos, através de uma amostragem intencional por saturação.

O fechamento amostral por saturação teórica é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição¹, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados. (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008, p.1).

A amostragem por saturação possibilitou uma aplicabilidade prática podendo complementar as análises sucessivas de coleta de dados para nortear a finalização da pesquisa. Objetivamos refletir também sobre o conceito de determinação social das representações individuais e, na análise do discurso, no conceito de determinação histórica e social das formações discursivas e da fala.

As relações do sujeito com o mundo e com a linguagem é constituída pelas ideologias, que são vistas como o imaginário que cerca as relações desses sujeitos com suas condições de existência, na relação entre as coisas e a linguagem. Daí decorre que, por meio do discurso, não só a noção de linguagem entre os indivíduos é diferente, mas também as noções do social,

da história, e do ideológico que se transformam. As formações imaginárias que são construídas a partir das relações sociais que se expressam por meio do discurso: a imagem que se faz de um pai, de um operário, de um prefeito, etc. Existe em toda língua mecanismos de projeção que permitem passar da situação sociologicamente descritível para a posição dos sujeitos discursivamente significativa (ORLANDI, 1994).

Por meio da Análise do Discurso observou-se nesta pesquisa os processos ideológicos e a constituição da linguagem, não só de forma conteudista, mas os mecanismos de produção de tais ideologias, é um processo de observação do interdiscurso e o intradiscurso na constituição das ideologias e seus efeitos imaginários. Esse questionamento possibilita à análise uma compreensão de como os discursos são produzidos e como são elementos da História de uma sociedade, assim, é possível vislumbrar as condições em que os discursos são produzidos por meio de um olhar histórico e dos aspectos sociais envolvidos.

Assim, deve-se buscar a verificação a partir de enunciados efetivamente produzidos em seu contexto (época e lugar), e nas condições e possibilidades do discurso a que são enunciados. Isto equivale a dizer que as transformações históricas possibilitam a compreensão da produção do discurso, seu aparecimento em determinados momentos e sua dispersão (ROBIN, 1973).

Nesse sentido, foi utilizado a transcrição das falas gravadas de cada indivíduo entrevistado e produzido através do software Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), trata-se de um programa gratuito, que se ancora no software R e permite diferentes formas de análises sobre corpus textuais e sobre tabelas de indivíduos por palavras. As nuvens de palavras funcionam como recursos gráficos para descrever os termos mais frequentes de um determinado texto.

RESULTADOS

Os discursos que retomam as evidências dos direitos civis e políticos carregam em si as construções históricas de uma comunidade e a forma em que se constroem ideologias. Evidencia-se nesta seção trechos dos entrevistados onde percebe-se fortemente ideologias e manifestações das inquietações dos cidadãos da área rural e urbana, e como convergem através da representação por meio da nuvem de palavras. Com relação ao trabalho político desenvolvido pela prefeitura e por sua figura representativa (o prefeito) no Distrito de Jaguara, o administrador do distrito percebe da seguinte forma:

Como o senhor percebe o trabalho da prefeitura no Distrito de Jaguara?

“O prefeito vez ou outra vem aqui, mas o pessoal daqui não recebe muito bem, as vezes recebe com palavrões e gestos que espantam o prefeito daqui. É mais comum “a gente vê a prefeitura aqui na festa do vaqueiro, fora isso, a prefeitura convoca o pessoal daqui mas ninguém comparece nas reuniões, o pessoal não se importa.” (Administrador de Jaguará, informação verbal).

A figura do prefeito como representante comunitário configura-se de forma distorcida na estrutura social do Distrito de Jaguará. “[...] o pessoal daqui não recebe muito bem, as vezes com palavrões e gestos que espantam o prefeito daqui [...]”. O representante eleito “pelo” povo não está vinculado “para” o povo, a construção da identidade e o sentimento de pertencimento está inserido na ideologia da comunidade rural, que não só por suas condições geográficas, encontram-se à margem da estrutura e dinâmica social a que se estabelece na sede, denominados por eles de “feira”, evidenciados nos discursos como uma comunidade “esquecida” e não inserida no contexto do desenvolvimento do município em sua totalidade.

No contexto urbano e rural, as questões norteadoras para identificação da consolidação da cidadania por meio da educação, expressão cultural e vida política dos jovens estudantes, o diretor de um dos colégios estaduais do bairro afirma que:

Para você, como os alunos exercem a cidadania dentro da escola?

“No ano passado vivenciamos algo que pra mim foi bastante positivo, pra outros uma visão negativa, que foi a ocupação escolar, essa ocupação possibilitou, mesmo que nem todos os alunos da escola, que são em torno de 1.380 alunos matriculados, e dentro desse processo, inicialmente foram em torno de 30, mas que cerca de 200 alunos estavam atentos ao movimento, esse movimento permitiu uma reflexão, porque os que estavam lá começaram a limpar a escola e criavam rodas de conversas que tinham visitas de psicólogos, de assistentes sociais, de algumas esferas políticas, e aí trouxeram temática do tipo: gênero, etnia, racismo, homofobia, então, as vezes que são silenciadas encontram espaço pra externar o que eles vivem.” (Diretor do Colégio Estadual)

“A comunidade escolar, como toda a comunidade de Jaguará, é muito carente e talvez nem conheça seus direitos de cidadãos. Politicamente, não são preparados para o exercício da cidadania, alguns políticos, que surgem daqui, ou são por conhecimentos herdados dos pais, ou por incentivos de alguém que deseja vê-lo como político; culturalmente, a comunidade vive de algumas festas realizadas por aqui, como: festa do vaqueiro, São João, dentre outras, visto que o distrito é pobre e não dispõe de muitas opções

culturais para o exercício de sua cidadania.” (Diretora do Colégio Estadual de Jaguara informação verbal).

Com relação às diferenças existentes entre os estudantes, como de raça, religião, necessidades especiais físicas e mentais, indagou-se ao Diretor se é possível perceber alguma diferença na forma de manifestação da cidadania desses alunos dentro da escola:

“Diretamente não é possível ver. Retomando ao caso da ocupação, o pessoal do movimento negro e os homossexuais, sinalizaram que eles sofriam com o silêncio durante o processo, e achávamos que dávamos esse espaço dentro da escola para todos. É um processo complexo, não envolve somente a gestão da escola e seus anseios. Quando não temos os elementos que compõem a escola, como o capital intelectual e cultural do corpo de professores, de forma organizada, acabamos tendo dificuldades para ouvir essas vozes. Dentro da escola estamos encontrando uma perspectiva para um futuro melhor.” (Diretor do Colégio Estadual, informação verbal).

A feira livre situada ao lado do transbordo estação norte do bairro Cidade Nova abriga feirantes de todos os bairros e distritos. Local de trabalho, de trocas culturais muito grandes entre diversas pessoas, e objetiva desenvolvimento econômico do bairro e região. As entrevistas com os feirantes refletem os anseios de políticas públicas para o desenvolvimento social desses trabalhadores que contribuem para o fluxo econômico do bairro. A duas feirantes foi perguntado de que forma ela conseguia garantir seus direitos de cidadã enquanto trabalhadora:

“Quais direitos? Garantidos por quem? Aqui não! Governo não quer saber como a gente tá, o que a gente tá precisando, quando estamos precisando nós mesmos que nos reunimos e resolvemos.” (Feirante 1, informação verbal).

O Conselho Local de Saúde e Segurança do bairro Cidade Nova desenvolve um trabalho onde busca identificar as necessidades do bairro, esse Conselho conta principalmente com a participação de agentes de saúde e assistentes sociais em através de visitas aos domicílios e com parceria com a Unidade Básica de Saúde e com o CRAS do bairro. Com relação às atividades desenvolvidas pela prefeitura para a comunidade, os membros do conselho expõem que:

“Muito difícil. O que presenciamos são as crianças utilizando a escolinha de futebol do CSU (Centro Social Urbano), tem uma escola de circo e o IAG (Instituto Antonio Gasparini), mas não são atividades oferecidas pela*

prefeitura, é uma parceria do Estado com o município, e o IAG que é uma associação da principal igreja católica do bairro e atende aos idosos e jovens. O que falta para a participação dos moradores é o interesse, o espírito de comunidade, e eles entenderem que é dessa forma em que eles exercem sua questão política de ser cidadão, mas eles não se fazem presente nos momentos de reuniões que a comunidade propõe, mas isso está enraizado nas pessoas, em tudo elas não agem de maneira preventiva através da união, do contrário, isso facilitaria até mesmo o trabalho da prefeitura.” (Conselho Local de Saúde e Segurança, informação verbal).

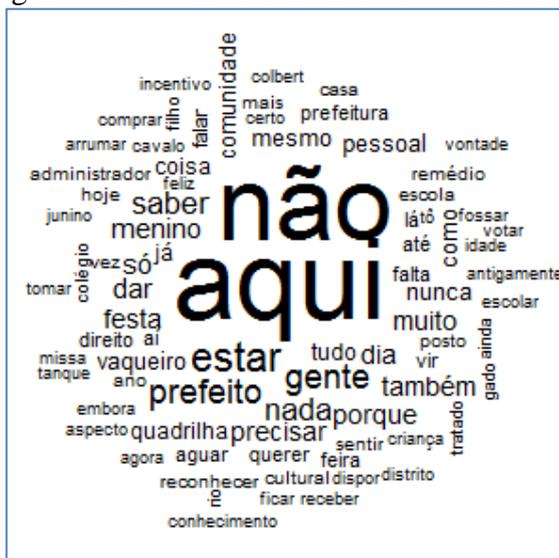
O acesso da comunidade aos serviços de saúde foi um dos aspectos questionados e relacionado com acesso ao direito da saúde dos cidadãos, o Conselho afirmou que existe muita dificuldade:

“As pessoas adoecem mais rápido pela dificuldade de acesso aos serviços. Então para nós, vemos que é um direito sem resposta. Os serviços do rádio ainda ajudam muitas pessoas a conseguirem um medicamento, a expor uma queixa e tentar agilizar a resolução dos problemas. Vemos aqui no dia a dia, que o próprio serviço de saúde exclui o cidadão e acelera sua morte por meio dessas cotas que são estabelecidas, principalmente nos casos de alta complexidade, que só vem uma vaga pra ser agendada.” (Conselho Local de Saúde e Segurança, informação verbal).

Em um contexto de uma modernidade periférica, há uma relação por meio de redes invisíveis de crenças compartilhadas através de valores inerentes aos indivíduos e às comunidades, e que são reproduzidos cotidianamente pelas formas em que as ideologias políticas e culturais estão enraizadas nas práticas do dia a dia que determinam e representação de cada indivíduo na sociedade. Segundo Sen (2010, p. 18), “o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas.” Assim, Sen (2010), demonstra que a liberdade de ter boa assistência médica, social, aliada à uma boa educação básica, contribuem para o desenvolvimento e fortalecimento do cidadão, e do contrário, essa limitação aqui perceptível através das falas dos entrevistados, diminui a possibilidade do cidadão de se inserir no processo social de desenvolvimento, e sua insurgência como cidadão político e civil.

As relações em que se estabelecem os discursos dos entrevistados, de forma conjunta (meio rural com o meio urbano), traz uma percepção de repetições de palavras relacionadas às

Figura 5 - Nuvem de Palavras: cidadãos rurais Jaguará



Fonte: Elaboração própria (2017).

CONCLUSÕES

A desigualdade, imposta pela crescente expansão do capitalismo que atinge o o rural, tem conseguido dividir a sociedade em dois seguimentos, aqueles que buscam uma cidadania insurgente, constituído pela população dos grandes centros urbanos, e por aqueles que ainda buscam a consolidação de sua cidadania apenas por meios civis (aqueles previstos na Constituição Federal Brasileira).

Os atributos próprios da cidadania são evidenciados através das movimentações e relações histórico e social dos indivíduos do meio urbano e do meio rural da cidade de Feira de Santana, através de suas dimensões política, educacional e cultural, ainda que em velocidades e dinâmicas distintas, mas que convergem em suas reais necessidades, dinâmica esta que pode estar relacionada às imposições dos tratamentos das políticas públicas de desenvolvimento social, que trata o cidadão urbano e rural em iguais condições, não considerando seu contexto e história em que estão inseridos. Isto permite visualizar os fenômenos de desigualdade social e econômica presentes dentro de cada espaço urbano e rural, bem como nas relações entre eles, e que influenciam no processo de evidenciação da cidadania.

Foi possível perceber uma face contemporânea da cidadania, com características próprias do município e as modificações ao longo do tempo pelas próprias relações sociais asseguradas pela sociedade na figura de uma cidadania insurgente na cidade de Feira de Santana. Insurgir no sentido das movimentações e manifestações que se opõe pela dinâmica

estabelecida pelo governo municipal, pela mistura da historicidade existente em cada comunidade que compõe uma sociedade de uma cidade, ou estado e nação, e que mostra-se não variável pelas políticas públicas formuladas.

A compreensão do sujeito deve ser estabelecida através das diversas relações entre os homens, e desses para com o espaço em que estão inseridos, sem que haja uma ideia de políticas pré-estabelecidas, o que só seria aplicável em condições de plena igualdade (de classe ou ideologia), ou seja, não há uma ideia de “política original”. O que, de acordo com Arendt (2010) configura uma sociedade onde as diversidades absolutas são organizadas de acordo com um conceito de igualdade previamente estabelecido, e que, em contrapartida, tais diferenças absolutas são coordenadas através das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, Hanna. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 3 jan. 2017.
- CAMPOS, Luciana. **Origem de Feira de Santana**. Feira de Santana, 2008. Disponível em: <<http://origem-de-feira.blogspot.com.br/2008/06/origem-de-feira-santana.html>>. Acesso em 10 de maio. 2018.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- FEIRA DE SANTANA. **Portal da Transparência Cidadã**. 2017b. Disponível em: <<http://www.transparencia.feiradesantana.ba.gov.br>> Acesso em: 4 jan. 2017.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MACEDO, Cecília de Fátima Boaventura de. **Representações sociais de alunos do Ensino Médio sobre cidadania**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014
- MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Brasília, ano 14, n.61, p.53-59, jan./mar. 1994.

PORTELLI, Huges. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

RIBEIRO, Joselito de Macêdo. **O sistema produtivo da mandioca e seu aproveitamento industrial no Estado da Bahia**: um estudo de caso nos Territórios de Identidade Portal do Sertão, Vitória da Conquista e Recôncavo. 2014. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador - UNIFACS, Salvador, 2014.

ROBIN, Regine. **História e linguística**. Trad. Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix, 1973.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: por uma Sociologia Política da modernidade periférica. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. (Coleção Origem).